

- c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;
- d) Habilitações literárias e profissionais;
- e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.
- f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Certidão, passada pelo serviço a que o candidato pertence, donde conste a modalidade de contrato de trabalho em funções públicas em que se encontra (por tempo indeterminado, determinado ou determinável), bem como o tempo de serviço prestado em instituições, no âmbito do Ministério da Saúde.
- b) Certificado comprovativo da posse do curso de técnico ortoptista, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou seu equivalente legal, com a respectiva nota final, ou fotocópia do mesmo;
- c) Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente datado e assinado, onde constem os elementos, documentalmente comprovados, necessários à avaliação curricular, em conformidade com o anexo I à portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro;
- d) Os candidatos pertencentes aos diversos serviços da ARS do Centro, I. P., são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos cujo preenchimento é exigido neste aviso, desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais, devendo referir o facto no requerimento.

8 — Não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 5.1 do presente aviso, desde que o candidato declare, sob compromisso de honra, no requerimento, em alíneas separadas, a situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9 — As falsas declarações ou a apresentação de documento falso são punidas nos termos da legislação aplicável.

10 — Os documentos cuja entrega é dispensada nos termos do n.º 8 deste aviso será exigida aquando da organização do processo de provimento.

11 — A notificação e publicidade aos candidatos, da relação de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso obedecerão, conforme os casos, aos procedimentos previstos nos artigos n.ºs 51.º, n.º 2, 52.º, n.º 2, e 62.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

Se, e quando houver lugar à afixação da relação de candidatos admitidos e, ou à lista de classificação final, serão as mesmas afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., Avenida de Fernão de Magalhães, 2.º, Coimbra.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Alda Sofia Gaspar Baltar, técnica principal de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E.

Vogais efectivos:

Ana Cristina Silva Costa Neves Correia Roxo, técnica principal de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E., que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Elisabete Abrantes Soares de Almeida, técnica de 1.ª classe de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E.

Vogais suplentes:

Mário Alberto Vilela Soares, técnico de 1.ª classe de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E.

Dora Gabriela Moreira Teixeira, técnica de 2.ª classe de ortóptica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, E. P. E.

13 — Mantêm-se válidas as candidaturas entretanto apresentadas.

30 de Dezembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel*.

202805324

#### Declaração de rectificação n.º 119/2010

Por ter havido lapso na redacção do aviso n.º 558/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2010, a p. 935, procede-se à sua republicação, mantendo-se válidas as candidaturas entretanto apresentadas.

15 de Janeiro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel*.

#### «Aviso n.º 558/2010

#### Procedimento concursal para ocupação de nove postos de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de radiologia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso para ocupação de nove postos de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de radiologia da carreira (não revista) de técnico de diagnóstico e terapêutica, dos agrupamentos dos centros de saúde abaixo discriminados, pertencentes à ARS Centro, IP, com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cuja remuneração corresponderá à referida no mapa III do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso: o concurso é válido para a ocupação dos postos de trabalho referidos, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional: o conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito na alínea n) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, bem como o descrito no artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º deste último normativo.

4 — Locais de trabalho:

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga II: um posto de trabalho.

Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte I: três postos de trabalho.

Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões I: um posto de trabalho.

Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões II: quatro postos de trabalho.

5 — Requisitos de admissão a concurso:

5.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais: estar habilitado com o curso superior de técnico de radiologia, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou outro legalmente reconhecido, em conformidade com a alínea a) e a alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5.3 — Ser titular de uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, por tempo indeterminado, determinado ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, que autorizou, a título excepcional, à ARS do Centro, IP, proceder ao recrutamento de técnicos da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica em diversas profissões, tendo em vista a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

6 — Métodos de selecção: avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, em conformidade com o estabelecido no corpo do artigo 14.º e no artigo 55.º, ambos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e no artigo 2.º da Portaria 721/2000, de 5 de Setembro.

6.1 — Sistema de classificação final: de acordo com os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6.2 — Os critérios de apreciação, ponderação e valorização dos factores da avaliação curricular e da entrevista profissional de selec-

ção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, IP (Secção de Expediente e Arquivo), sitas na Alameda de Júlio Henriques, s/n, 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 9 e as 12 horas e as 14 horas e as 16 horas e 30 minutos, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio para a mesma morada, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato se encontre vinculado;
- c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;
- d) Habilitações literárias e profissionais;
- e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.
- f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Certidão, passada pelo serviço a que o candidato pertence, donde conste a modalidade de contrato em funções públicas em que se encontra (por tempo indeterminado, determinado ou determinável), bem como do tempo de serviço prestado em Instituições, no âmbito do Ministério da Saúde.
- b) Certificado comprovativo da posse do curso de técnico de radiologia, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou seu equivalente legal, com a respectiva nota final, ou fotocópia do mesmo;
- c) Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente datado e assinado, de que constem os elementos, documentalmente comprovados, necessários à avaliação curricular, em conformidade com o anexo I à Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.
- d) Os candidatos pertencentes aos diversos serviços da ARS do Centro, IP, são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos cujo preenchimento é exigido neste aviso, desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais, devendo referir o facto no requerimento.

8 — Não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 5.1 do presente aviso, desde que o candidato declare, sob compromisso de honra, no requerimento, em alíneas separadas, da situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9 — As falsas declarações ou a apresentação de documento falso são punidas nos termos da legislação aplicável.

10 — Os documentos cuja entrega é dispensada nos termos do n.º 8 deste aviso será exigida aquando da organização do processo de provimento.

11 — A notificação e publicidade aos candidatos, da relação de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso obedecerão, conforme os casos, aos procedimentos previstos nos artigos 51.º, n.º 2, 52.º, n.º 2, e 62.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro. Se, e quando houver lugar à afixação da relação de candidatos admitidos e, ou à lista de classificação final, serão as mesmas afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, Avenida de Fernão de Magalhães, 481, 2.º, Coimbra.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Rui Afonso Alves Figueiredo Santos Casaleiro, técnico especialista de radiologia do Centro de Diagnóstico Pneumológico de Coimbra.

Vogais efectivos:

Isabel Maria Ribeiro Dias, técnica principal de radiologia do Centro de Saúde de Miranda do Corvo do ACES do Pinhal Interior Norte I, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Alcina Maria Cruz Mascarenhas Ilharco, técnica de 1.ª classe de radiologia do Centro de Diagnóstico Pneumológico de Coimbra.

Vogais suplentes:

Maria Cláudia Pires Moita, técnica principal de radiologia do Centro de Saúde de Montemor-o-Velho do ACES do Baixo Mondego II.

Paula Fernanda Dias Carvalhinho Fortunato, técnica principal de radiologia do Centro de Saúde de Arganil do ACES do Pinhal Interior Norte I.

30 de Dezembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. João Pedro Pimentel.*

202804969

## Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

### Despacho (extracto) n.º 1577/2010

Por despacho do Director Executivo do ACES Oeiras, de 10/12/2009:

Maria Graziela do Fetal Pires, Enfermeira Chefe — autorizado o regime de horário acrescido, para exercer funções no Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa IV — Oeiras — Centro de Saúde de Oeiras, nos termos do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

12 de Janeiro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. Rui Portugal.*

202805949

## Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa

### Aviso n.º 1481/2010

#### Processo de recrutamento de médicos que concluíram a Especialidade de Psiquiatria na 1.ª Época de 2009, para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de Fevereiro e do Despacho n.º 24974/2009, de 02 de Novembro, da Ministra da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 13 de Novembro de 2009, faz-se público que, por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, de 17 de Dezembro de 2009, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, processo de recrutamento de médicos, que concluíram o respectivo internato médico na 1.ª época de 2009, para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria de Assistente, para 3 postos de trabalho na Especialidade de Psiquiatria.

2 — Requisitos de admissão ao concurso: podem candidatar-se a este concurso todos os médicos que mantenham relação jurídica de emprego público, com a especialidade anunciada no ponto 1 e que concluíram o respectivo internato médico na 1.ª época de 2009, no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa.

3 — Local de trabalho — Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, compreendendo todas as estruturas nele integradas, com sede na Avenida do Brasil, 53 — 1749-002 Lisboa.

4 — Método de selecção: Resultado da prova de avaliação final do respectivo internato médico e entrevista de selecção, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de Fevereiro.

4 — Formalização das candidaturas:

5.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, as quais deverão ser entregues directamente no Serviço de Gestão de Recursos Humanos, sito na Avenida do Brasil n.º 53 1749-002 Lisboa, dentro das horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo também ser remetidas pelo correio, para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

5.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, naturalidade, número, e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Pedido para ser admitido ao concurso com identificação do mesmo, mediante referência ao número, à série e à data do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso.

5.3 — O requerimento deve ser acompanhado de Certidão comprovativa da posse do grau de assistente, na respectiva especialidade, obtido na 1.ª época de 2009.